

ALFABETIZAÇÃO E ENSINO REMOTO: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS

ALFABETIZACIÓN Y EDUCACIÓN A DISTANCIA: POSIBILIDADES Y PERSPECTIVAS

LITERACY AND REMOTE TEACHING: POSSIBILITIES AND PERSPECTIVES

Vanessa Cristina Santos Araújo NISHIMORI¹
José Anderson Santos CRUZ²

RESUMO: Devido às restrições impostas durante a pandemia pelo novo Coronavírus, alfabetizar e letrar de maneira remota têm sido o desafio de professores alfabetizadores, alunos e familiares. Neste estudo, contextualizou-se o cenário da alfabetização e do ensino remoto nas escolas municipais da cidade de São Paulo após a distribuição gratuita de “tablets” com objetivo de possibilitar o acesso a sua plataforma digital. Mediante a análise documental de forma qualitativa, com revisão sistemática e aplicação de questionário virtual, direcionado aos professores do Ciclo de Alfabetização – 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I, foi investigado se os recursos disponibilizados garantiram de forma efetiva o direito à Educação. A partir da análise dos dados coletados, constatou-se que o investimento foi um marco importante do município para ampliar novas práticas pedagógicas em suas escolas, porém dificuldades inerentes a essa forma de ensino não permitiram o avanço na alfabetização para maioria dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização e letramento. Ensino remoto. Pandemia.

RESUMEN: *Teniendo en cuenta las restricciones impuestas durante la pandemia por el Coronavirus, alfabetizar y letrar de manera remota ha sido el reto de profesores alfabetizadores, alumnos y familiares. En este estudio, se contextualizó el escenario de la alfabetización y de la enseñanza remota en las escuelas municipales de la ciudad de São Paulo tras la distribución gratis de tabletas con el objeto de posibilitar el acceso a su plataforma digital. Frente al análisis documental de forma cualitativa, con revisión sistemática y aplicación de cuestionario virtual, direccionado a los profesores del Ciclo de Alfabetización – 1º al 3º año de la Enseñanza Fundamental I, se investigó si los recursos disponibles garantizaron de forma efectiva el derecho a la Educación. A partir del análisis de datos recopilados, se constató que la inversión fue un marco importante del municipio para ampliar nuevas prácticas pedagógicas en sus escuelas, pero dificultades relacionadas a esa forma de enseñanza no permitieron el avance en la alfabetización para mayoría de los alumnos.*

PALABRAS CLAVE: *Alfabetización y literacidad. Enseñanza remota. Pandemia.*

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Especialização em andamento em MBA Gestão Escolar. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6881-6140>. E-mail: vanishi.educ@gmail.com

² Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (PECEGE) (ESALQ/USP MBAs), Piracicaba – SP – Brasil. Professor Associado. Doutor em Educação Escolar (FCLAr/UNESP). Editor na Editora Ibero-Americana de Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5223-8078>. E-mail: andersoncruz.unesp@gmail.com

ABSTRACT: *Due to the restrictions set by the coronavirus pandemic, providing literacy and alphabetization on distance, has been an challenge for the teachers, children and their family. The context of literacy and remote teaching in the schools of the city of São Paulo was contextualized, after students received tablets in other to access the learning digital platform. By using the documental analysis method in a qualitative research and a systematic review of virtuals questionnaires aimed to the primary education literacy teachers - 1o to 3o grade – the research investigated if the resources that were aviable certified effectively educational rights for children. From the analysis of the data collected, it was found that the investment was an important milestone for the municipality to expand new pedagogical practices in its schools, but difficulties inherent to this form of teaching did not allow progress in literacy for most students.*

KEYWORDS: *Alphabetization and literacy. Remote teaching. Pandemic.*

Introdução

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a alfabetização está inserida na Área de Linguagens como etapa para os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Nesse período, por meio de diversas práticas de letramentos, a criança terá condições de se apropriar do sistema de escrita alfabética (BRASIL, 2018).

Segundo Teberosky (2001), nas séries iniciais, as crianças convivem com diversos insumos e objetos portadores de textos, desde a etiqueta do material escolar com o seu nome, ao livro de literatura infantil na estante da sala de aula. A escrita do nome próprio pela criança passa a ser mais importante, tornando-se um referente estável e representativo de algo sólido: a própria criança. É nesse ambiente alfabetizador que é possível oportunizar o exercício da leitura e da escrita de maneira significativa, conforme prevê o Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) CNE/CEB nº 11/2010, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (BRASIL, 2010).

Devido à pandemia do novo Coronavírus, em março de 2020, escolas públicas e privadas no Brasil foram fechadas com o propósito de conter o avanço da Covid-19, ocasionando o isolamento social. Segundo Luiz (2020), os professores alfabetizadores precisaram ressignificar suas ações pedagógicas para dar continuidade ao processo de alfabetização, antes de maneira presencial. O ensino remoto como estratégia pedagógica proporcionou diferentes desafios, podendo mencionar como exemplo o caso de famílias com falta de recursos tecnológicos ou de internet com boa qualidade e dificuldade de acompanhamento familiar, uma vez que se trata de crianças com idades entre 6 a 8 anos

dependentes de auxílio, pois ainda não desenvolveram as habilidades de leitura e de escrita e/ou faltam os conhecimentos para o uso das ferramentas digitais.

Segundo Agrela (2018), 29% dos lares no Brasil não possuem nenhum tipo de acesso à internet, mesmo em áreas urbanas como São Paulo. As classes menos favorecidas C, D e E são as mais afetadas devido à carência de dispositivos móveis ou computadores para efetivação do acesso. Em muitos lares não há dispositivos suficiente, e quando há, a internet é de má qualidade por utilizar dados móveis - recurso mais barato ou por ser o único meio de acesso disponível em sua localidade, o que não permite uma boa navegação. Nesse contexto, a desigualdade social se torna um crescente e as oportunidades não são as mesmas para os estudantes que necessitam de ensino remoto.

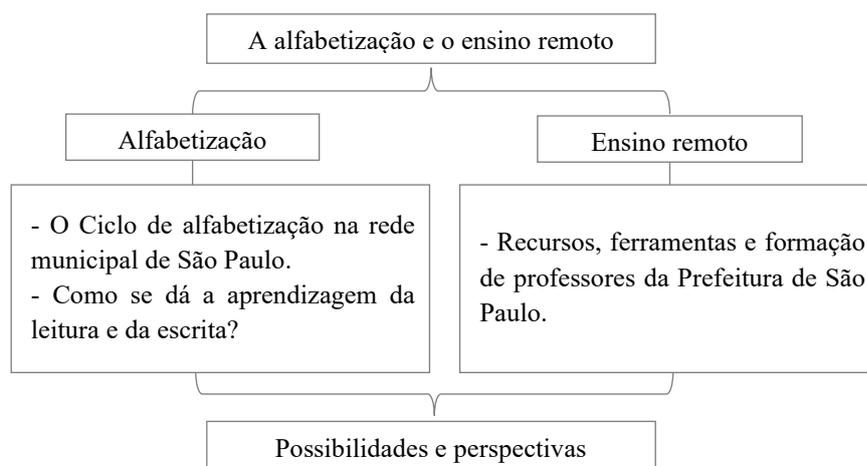
A Secretaria Municipal da Educação (SME) de São Paulo constatou que 48% dos seus alunos da rede não acompanhavam os conteúdos digitais disponibilizados, por conta da falta de recursos tecnológicos ou acesso à internet. E para atender a esses alunos, investiu na aquisição de 465 mil “tablets” e chips com dados móveis gratuitos, que seriam distribuídos primeiramente para alunos em situações mais vulneráveis do Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA) (CERIONI, 2020).

Partindo dessas premissas, chegou-se à problemática da pesquisa: É possível alfabetizar no ensino remoto e garantir o direito à Educação por meio dos recursos disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo? O objetivo geral da pesquisa consistiu em contextualizar o cenário da alfabetização e do ensino remoto em escolas da rede pública da cidade de São Paulo, tendo como objetivo específico refletir sobre suas possibilidades e perspectivas.

Material e Métodos

O estudo foi baseado em análise de dados, tendo como objetos de estudo a alfabetização e ensino remoto presentes no Ciclo de Alfabetização das escolas municipais da cidade de São Paulo, em tempos de pandemia e isolamento social, mediante a análise documental; ilustrados na (Figura 1).

Figura 1 – Organograma dos objetos de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores

Segundo Lüdke e André (1986), a análise documental é um procedimento metodológico que consiste em primeiro caracterizar o tipo de documento que será selecionado, e após a escolha seguindo critérios já definidos a partir de sua pertinência em relação ao objeto de estudo e objetivos da pesquisa, a análise foi levada a cabo.

Na contextualização, fez-se necessário o embasamento teórico referente à alfabetização sob a ótica dos documentos: i. Currículo da Cidade do Ensino Fundamental componente curricular de Língua Portuguesa (2018), documento que busca alinhar as orientações curriculares do Município de São Paulo à BNCC; ii. Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental; iii. obras das autoras Ferreiro e Teberosky (2001), que investigam a alfabetização em contexto de letramento.

A pesquisa também foi realizada de forma qualitativa com revisão sistemática, que presume oito etapas básicas de investigação, quais sejam, definição da questão, escolha das fontes de dados, escolha das palavras-chave para a busca, busca pelos resultados, seleção dos artigos pelo resumo, extração dos dados nos artigos selecionados, avaliação dos artigos, síntese e interpretação dos dados (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014).

As buscas foram feitas inicialmente na base Redalyc, a qual é de domínio público e de acesso livre, além de ser atualizada todos os dias. Nesse processo, localizou-se 372 estudos para o descritor “Alfabetização e letramento” e 47 para o descritor “Ensino Remoto; Pandemia”, totalizando 419 artigos no recorte temporal de 2019 a 2021.

Após a análise dos resumos, foram selecionados quatro artigos para compor a base dessa revisão. Usou-se como critério de inclusão a seleção de textos que referenciavam as três

primeiras séries do Ensino Fundamental; o ensino remoto durante a pandemia; a delimitação da localidade “Brasil”; a disciplina Educação e, a adequação e consonância ao tema.

Na etapa de filtragem, foram excluídos 415 trabalhos de acordo com os dados que podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1 – Trabalhos considerados fora dos critérios de inclusão

Motivos de exclusão	Números
Referenciavam outras etapas ou modalidades de Ensino	45
Pesquisas com ênfase em outros objetos de estudo: metodologias, formação de professores, livro didático e alfabetização científica	56
Estudos dos conhecimentos específicos das diferentes áreas: Educação Física, Arte, Biologia, Geografia e Matemática.	22
Trabalhos que apenas referenciavam a Avaliação Nacional da Alfabetização [ANA]	07
Trabalhos com ênfase nos temas: fracasso escolar, dificuldade de aprendizagem, bilinguismo, “fake news” memes, cibercultura, gestão e letramento digital.	15
Estudos com pouca ênfase ou fora dos temas referenciados.	270
Total de trabalhos excluídos	415

Fonte: Dados originais da pesquisa

Seguindo os critérios de inclusão, compõem este artigo: uma pesquisa que discute as políticas públicas de alfabetização, um estudo que reflete sobre a análise do Parecer 05/ 2020 e três estudos que apresentam os mesmos desafios e reflexões pedagógicas em tempos de pandemia nos diferentes estados brasileiros: Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. A seguir, na Tabela 2, descrevemos as informações acerca do trabalho considerado de acordo com os critérios de inclusão, realizado por meio da busca pelo descritor “alfabetização e letramento”.

Tabela 2 – Seleção pelo descritor: Alfabetização e letramento - base Redalyc

1º artigo	
Título:	Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular.
Autores:	Ieda Pertuzatti e Ivo Dickmann
Objetivo:	Compreender e melhorar a prática docente por meio de análise de conteúdo e documental.

Fonte: Dados originais da pesquisa

Na Tabela 3 são apresentadas as informações sobre os trabalhos considerados de acordo com os critérios de inclusão, realizado por meio da busca pelo descritor “Ensino Remoto; Pandemia”.

Tabela 3 – Seleção pelo descritor: Ensino Remoto; Pandemia - base Redalyc

1º artigo	
Título:	Ensino Remoto; Pandemia, Reflexões pedagógicas em tempos de pandemia: análise do Parecer 05/ 2020.
Autores:	Aline Daiane Nunes Mascarenhas e Amélia do Rosário Santoro Franco.
Objetivo:	Analisar as intencionalidades pedagógicas que estão presentes no Parecer 05/ 2020 ao regulamentar a atividade não presencial em tempos de pandemia.
2º artigo	
Título:	A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente.
Autores:	Karla Saraiva, Clarice Traversini e Kamila Lockmann.
Objetivo:	Investigar o que vem sendo dito sobre a docência em tempos de isolamento causado pela COVID-19, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.
3º artigo	
Título:	Implementação da educação remota em tempos de pandemia: análise da experiência do Estado de Minas Gerais.
Autores:	Breyner Ricardo de Oliveira, Ana Cristina Pradod Oliveira, Gláucia Maria dos Santos Jorge e Jianne Ines Fialho Coelho.
Objetivo:	Dimensionar a complexidade educacional mineira em tempos de pandemia.

Fonte: Dados originais da pesquisa

Outros textos selecionados com a mesma pertinência surgiram de fontes variadas, tais como a Revista Exame, documentos e informações da Secretaria Municipal de São Paulo e o periódico apresentado na Tabela 4, que foi encontrado no Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Tabela 4 – Seleção pelo descritor: Alfabetização e letramento – Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Título:	Alfabetização na Pandemia: Realidades e Desafios
Autora:	Silvania de Sousa Felipe Luiz
Objetivo:	Compreender como vem se dando os processos de ensino e aprendizagem na etapa de alfabetização durante o Ensino Remoto Emergencial no município de Duas Estradas.

Fonte: Dados originais da pesquisa

Realizou-se também aplicação de questionário através da ferramenta digital *Google Forms*³, direcionado aos professores do Ciclo de Alfabetização – 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I de escolas municipais de São Paulo, com o propósito em levantar dados quantitativos para efetuar interpretações sobre o tema investigado. A escolha da ferramenta se deu pela aplicabilidade e por garantir a possibilidade do anonimato, uma vez que uma das metas

³ O questionário pode ser acessado pelo link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdZjeduMiEvF0L-3dUNSEBfVOuw39fXUaJZ23CCQWg6IeMT9A/viewform>

da pesquisa era receber as informações sem que os participantes se sentissem coagidos. O questionário utilizado apresentou os objetivos da pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual garantiu aos participantes que todos os seus direitos fossem respeitados, e 6 perguntas fechadas.

Resultados e discussão

Optou-se por descrever o Ciclo de Alfabetização das escolas municipais da cidade de São Paulo de acordo com sua proposta pedagógica, o Ensino Remoto no contexto de pandemia, dialogando com os dois temas com os dados revelados na revisão sistemática e análise documental.

O Ciclo de alfabetização

Em 2017 foi elaborado de forma coletiva o Currículo da Cidade sob a orientação da Coordenadoria Pedagógica (COPED) da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, apresentando sua própria base conceitual e teórica em consonância à BNCC. Nesse processo, o Ensino Fundamental foi organizado em três ciclos, sendo um deles, o Ciclo de Alfabetização, formado pelos três primeiros anos: 1º, 2º e 3º. O ciclo alfabetizador possibilita à criança uma construção contínua de seu saber, respeitando seu tempo e individualidade. É nesse processo que proporcionam tempo e espaço para a ampliação das relações afetivas e sociais além das aprendizagens no âmbito da leitura, escrita, alfabetização matemática e científica (SÃO PAULO, 2019).

No estudo de Pertuzatti e Dickmann (2019) se questiona a BNCC por meio de uma análise comparativa de conteúdo e documental entre as leis que regem o Ensino Fundamental. Como resultados, ao comparar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, as Diretrizes Nacionais da Educação Básica de 2010, o Plano Nacional de Educação de 2014 e a Base Nacional Comum Curricular - na segunda e última versão, verificou-se que os conceitos de alfabetização e de letramento perdem o foco pelos vieses de documentos normativos. Os resultados apontam divergências e multiplicidades teórico-políticas entre elas, uma vez que alfabetizar e letrar não ganham a evidência necessária. A pesquisa enfatiza que a alfabetização é importante para uma construção social justa e igualitária; sendo a base para o avanço na aprendizagem de outras habilidades.

É importante apresentar a concepção de alfabetização, os elementos conceituais e metodológicos que fundamentam as práticas previstas no Ciclo de Alfabetização pelo documento Currículo da Cidade para melhor compreensão do que se espera encontrar nas escolas públicas da cidade de São Paulo.

Como concepção de alfabetização, o documento Currículo da Cidade no componente curricular de Língua Portuguesa, menciona os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky⁴, que seguem a linha psicogenética e apresentaram a teoria Psicogênese da Língua Escrita. Segundo São Paulo (2019), as pesquisas sobre psicogênese da língua escrita, deslocaram o foco da alfabetização para a aprendizagem e não para o ensino, além de reconhecer a criança como um sujeito ativo, pensante e que elabora hipóteses sobre a escrita, uma vez que esse indivíduo pertence ao mundo social com diferentes práticas sociais mediadas pela escrita.

De acordo com tal teoria, toda criança em período de alfabetização passa por fases distintas de produção escrita, sendo: I. Pré-silábica, que ocorre quando, no registro escrito, não há critérios claros com referência quantitativa das letras ou até mesmo relação entre as letras escolhidas com os aspectos sonoros da fala, usa-se letras aleatórias para representar a palavra; II. Silábica – quando no registro escrito apresenta-se a intenção quantitativa, há um limite necessário para a representação dos sons da fala e/ou também condição qualitativa, quando há fonetização; Silábico-alfabética – próxima fase em que as sílabas são identificadas embora ainda oscile com a fase anterior; por fim, alfabética – fase em que no registro escrito há condições qualitativas e quantitativas como descritas nas fases anteriores e também são encontradas as diferenças e semelhanças entre os sons e as sequências gráficas (FERREIRO, 2007).

Para Ferreiro (2007), durante o processo de alfabetização é preciso também considerar como as crianças compreendem a língua escrita na sociedade – o uso social do registro escrito. É equivocado e discriminatório acreditar que todas as crianças possuem em vivências iguais, nas quais a língua escrita cumpre funções sociais precisas, como por exemplo: quando um familiar próximo escreve uma lista de compras e, posteriormente, usa como lembrete durante a ida ao mercado. Há aqueles que crescem em ambientes com níveis de alfabetização baixo ou até mesmo nulo.

Segundo Teberosky (2001), entende-se que a criança pode compreender o uso social da linguagem em diversificadas práticas sociais, num ambiente que proporcione o acesso e o

⁴ Emília Ferreiro nasceu na Argentina em 1936. Foi doutoranda de Jean Piaget com estudos sobre a epistemologia genética. A partir de estudo empírico por meio de diversos experimentos com crianças, fundamentou a teoria da Psicogênese da Língua Escrita em parceria com a espanhola Ana Teberosky, pedagoga e doutora em psicologia.

contato direto com a escrita. Cabe aqui ressaltar que, se essas práticas de leitura e escrita não estiverem no meio social em que a criança convive, ela iniciará a alfabetização em condições menos privilegiadas do que aquelas que participam de práticas sociais letradas. Nesse sentido, a escola precisa levar em conta a diversidade e as diferenças sociais de seus alunos ao planejar suas propostas pedagógicas presenciais e/ou remotas.

O documento Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (BRASIL, 2012) destaca que é necessário potencializar as metodologias que respeitem o tempo de desenvolvimento de cada criança, de suas descobertas, da elaboração de hipóteses e de seus interesses individuais. Apresenta também algumas práticas pedagógicas que favorecem a alfabetização e o letramento, como por exemplo, a leitura e a contação de histórias, por proporcionarem um modelo estético, bem como a produção textual coletiva e diversificada de maneira contextual e significativa, o que oportuniza a construção da cidadania e sentimento de pertencimento da criança.

A apropriação do sistema de escrita alfabética é oportunizada quando a criança participa de situações de aprendizagem, compreendendo, por exemplo, os procedimentos a seguir: as palavras são formadas por letras, se escreve da direita para a esquerda, de cima para baixo e que há espaçamento entre elas (BRASIL, 2012).

Em síntese, o referido documento apresenta em tabelas os conhecimentos escolares, entre eles o sistema de leitura, de escrita e da matemática, juntamente com sugestão sobre a progressão de aprendizagem de cada objetivo, organizados em 1º ano, 2º ano e 3º ano e classificados em introduzir, aprofundar e consolidar. Caso o aluno chegue ao final do primeiro ano sem alcançar os objetivos esperados para a série, titulado como consolidado, a escola precisa elaborar ações e estratégias para que no próximo ano esse conhecimento seja garantido.

O ensino remoto em tempos de pandemia

No estudo de Mascarenhas e Franco (2020), a pandemia do novo Coronavírus provocou o isolamento social e, com ele, novos desafios para educadores, cientes que a presença dos alunos na escola proporciona socialização e estruturas para a formação de sujeitos.

Após a pesquisa do cenário atual e análise documental do Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº05/2020, diretriz legal que apresenta um novo calendário escolar reorganizado por meio da mudança do ensino presencial para o ensino remoto, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, foram apresentadas críticas à sua aplicabilidade.

A continuidade do processo de aprendizagem dos alunos de forma não presencial é questionada quando não menciona as especificidades e desigualdades presentes em todo o país. Tendo em vista que a proposta do documento apenas favorece as famílias de classes sociais mais favorecidas, pois possuem acesso mais amplo aos meios digitais, diferentes das famílias de baixa renda, com acesso reduzido a dados móveis e restrita quantidade de aparelhos.

A implementação da educação remota em tempos de pandemia em Minas Gerais, por exemplo, foi questionada por Oliveira *et al.* (2021) e, após análise, verificou-se que as questões econômicas e sociais do estado foram reduzidas ou menos valorizadas pela Secretaria de Estado de Educação (SEE) durante o processo de adesão.

Acredita-se que a educação pública remota pode proporcionar o aumento das desigualdades sociais e educacionais. Outro ponto relevante nesta pesquisa foi o apontamento do contexto em que as famílias de alunos das redes públicas de ensino vivenciam pouca escolaridade dos responsáveis, falta de tempo aos que trabalham ou até mesmo o auxílio simultâneo para mais de uma criança, implicando no não acompanhamento dos estudos.

Na pesquisa de Saraiva *et al.* (2020) constatou-se que, no Estado do Rio Grande do Sul, a mudança das atividades presenciais para remotas provocou a exaustão dos professores devido à sobrecarga de trabalho. Evidenciou-se também que essa estrutura pode manter ou até ampliar os processos de exclusão, devido à falta de acesso dos alunos à internet para a realização das atividades remotas.

Luiz (2020) ressalta a necessidade de políticas públicas para que todos da comunidade escolar tenham acesso aos recursos tecnológicos e formação continuada com relação às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no contexto escolar.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) apresentou seu manifesto sobre o direito à educação de crianças e adolescentes em tempos de pandemia. Nele, retomou a Constituição Federal de 1988, documento legal que garante o direito à educação com qualidade e equidade, destacando, em suma, o cumprimento do direito à educação de qualidade às crianças e adolescentes; o reconhecimento das desigualdades estruturais do país, inclusive no acesso à internet e estrutura domiciliar. Ressaltou que o ensino a distância como plano de ação, neste contexto, possibilitará o aumento das desigualdades sociais.

Os textos selecionados na revisão sistemática apresentam o ensino remoto durante a pandemia como processo que exclui e favorece o aumento da desigualdade social quando não considera a falta de acesso à internet e estrutura domiciliar dos alunos.

As ações da Secretaria Municipal da cidade de São Paulo frente à pandemia

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), estabeleceu uma parceria com o Google for Education, usando as ferramentas do Google Classroom como plataforma digital para a realização e postagens diárias das atividades remotas. No dia 14 de abril de 2020, por meio de duas transmissões via internet, professores receberam formação inicial referente ao novo processo. Alunos e familiares foram informados sobre o acesso ao “Classroom” por meio do site da Prefeitura de São Paulo, de redes sociais e contato telefônico das escolas (SÃO PAULO, 2021a). Foi disponibilizado aos educadores um site⁵ com instruções, comunicados e vídeos tutoriais com materiais de apoio à utilização dos recursos do “Google for Education”.

De acordo com a SME Portal Institucional, o conteúdo digital postado pelos docentes na plataforma digital deve estar em consonância ao Currículo da Cidade. As plataformas podem ser acessadas por aparelhos smartphones, além de computadores ou tablets. E para aumentar a oportunidade de acesso aos conteúdos, a Secretaria Municipal de Educação (SME) fez parceria com a TV Cultura e Secretaria de Estado de Educação, espaço que também disponibiliza conteúdos escolares (SÃO PAULO, 2021a).

Segundo Cerioni (2020), 48% dos alunos da rede pública de ensino de São Paulo não acompanhavam os conteúdos digitais disponibilizados, por falta de recursos tecnológicos ou acesso à internet. E para atender essa necessidade, a prefeitura investiu na aquisição de 465 mil “tablets” e chips com dados móveis gratuitos.

Outra ação da Prefeitura de São Paulo foi a elaboração da coleção de cadernos Trilhas de Aprendizagem - material que reuniu atividades com conteúdos escolares, planejado pela Secretaria Municipal da Educação e disponibilizado digitalmente no site SME Portal Institucional⁶. O mesmo material foi impresso e inicialmente distribuído pelos Correios com destino aos alunos regularmente matriculados em escolas municipais da cidade de São Paulo. Objetivou-se aqui o acesso aos conteúdos escolares para todos os alunos, inclusive aqueles que não possuem internet em casa (SÃO PAULO, 2021a)

Segundo SME Portal Institucional, as atividades do Trilhas de Aprendizagem foram elaboradas de forma que os alunos pudessem realizar com autonomia e/ou com a ajuda dos

⁵ <https://prof.edu.sme.prefeitura.sp.gov.br/>

⁶ <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/trilhas-de-aprendizagens/>

familiares. Há ainda orientações para os pais com sugestões de como organizar uma rotina de estudo do seu filho (SÃO PAULO, 2021a).

Em maio de 2021, 100 mil tablets foram distribuídos de um total de 505 mil equipamentos; onde já se nota um maior número de alunos acompanhando as aulas virtuais, segundo relato dos diretores. Um dos objetivos é suprir a deficiência tecnológica de alunos mais vulneráveis e com maior dificuldade de aprendizagem (SÃO PAULO, 2021b).

De acordo com a Secretaria Especial de Comunicação da cidade de a prefeitura iniciou a entrega de notebooks aos professores da rede municipal de ensino. Acredita-se que o investimento auxiliará docentes e discentes a estarem mais próximos da internet, através da utilização dos computadores e “tablets”. Os equipamentos são propriedade da escola, sendo assim, patrimônio da unidade. Os notebooks devem ser utilizados exclusivamente para fins pedagógicos e atividades correlatas, e devolvidos ao final do ano letivo pelo professor. (SÃO PAULO, 2021c).

Os dados expostos na Tabela 5 são resultados de pesquisa sobre documentos oficiais da Prefeitura de São Paulo, ou seja, não há informações sobre a aplicabilidade dessas ações por meio de estudo empírico.

Tabela 5 – Ações da Secretaria Municipal da cidade de São Paulo frente a pandemia

2020	<ul style="list-style-type: none">- Parceria com Google for Education – plataforma digital.- Apresentação e orientações sobre Google Classroom - duas transmissões.- Elaboração e entrega do material: Trilhas de Aprendizagem.- Parceria com a TV Cultura e Secretaria de Estado de Educação.- Aquisição de 465 mil “tablets” e chips com dados moveis gratuitos.
2021	<ul style="list-style-type: none">- Distribuição de 100 mil “tablets” aos alunos.- Entrega de notebooks aos professores.

Fonte: Dados originais da pesquisa

O que a pesquisa nos revela?

Devido ao reduzido tempo para aplicabilidade do questionário, tendo em vista a necessidade de submeter a pesquisa ao Comitê de Ética do Brasil, a escolha por questões abertas fora impossibilitada, o que provavelmente oportunizaria outras respostas e resultados qualitativos.

Na pesquisa realizada pelo questionário “on-line” em junho de 2021 foram analisadas as respostas de 12 professores alfabetizadores da Rede municipal de Ensino de São Paulo, que lecionam nas seguintes séries do Ensino Fundamental: 7 no 1º ano, 4 no 2º ano e 1 no 3º ano.

Segundo os professores, a principal dificuldade apresentada pelos responsáveis de seus alunos no uso do tablet e chip com internet é não conseguir utilizar o aparelho e seus recursos apesar de todas as orientações recebidas pela escola. Constatou-se também que não havia sinal da rede de dados para conexão com a internet em algumas residências, o que impossibilitou o acesso à plataforma e estudo diário do estudante.

Mascarenhas e Franco (2020), em suas considerações, já apresentavam críticas às atividades não presenciais pelas mídias digitais, uma vez que essas ações inviabilizaram a continuidade do processo educativo, porque alunos de baixa renda vivenciam uma realidade limitada de acesso a mais de um aparelho e a falta de conexão com a internet, devido a localização de sua residência.

Quando questionados sobre o aumento no acesso ao “Classroom”⁷ após a entrega do tablet e chip com internet, 75% das respostas foram afirmativas. Já para a questão do avanço no processo de alfabetização dos alunos com esse acesso, 66,7% das respostas foram negativas. Compreende-se aqui, que apesar do acesso aos conteúdos digitais, a maioria dos alunos não apresentaram avanços na alfabetização.

A falta de acesso à internet e aparelhos eletrônicos para estudantes também foi apontada por Luiz (2020). Em sua pesquisa, após a coleta de dados, constatou-se que crianças em processo de alfabetização com o ensino remoto em Duas Estradas, PB, não conseguiram efetivar de forma favorável o aprendizado devido à carência de recursos digitais, falta de auxílio da família nesse processo e desmotivação das crianças.

É importante enfatizar que esse estudo é apenas um recorte, um pano de fundo para uma pesquisa maior que talvez se concretize com uma análise futura, mas elucida um olhar atento e necessário para a temática.

⁷ Plataforma usada pela rede municipal de ensino de São Paulo, para a realização e postagens das atividades remotas.

Considerações Finais

Como resultado deste estudo, compreende-se que a alfabetização é um processo contínuo e requer intervenções pedagógicas em um ambiente alfabetizador. Alfabetizar fora do espaço escolar e de maneira remota proporcionou maiores desafios. As ações da Prefeitura de São Paulo em dar recursos tecnológicos aos educadores e alunos contribuíram para o aumento ao acesso a plataforma digital, ambiente com as atividades escolares previamente planejadas e postadas pelos professores. No entanto, os dados coletados na entrevista apontaram que não houve avanço na alfabetização na maioria dos alunos.

Em outros estados do Brasil, a alfabetização não foi efetiva durante a pandemia por falta de estrutura domiciliar e dos recursos tecnológicos. De acordo com os dados aqui expostos, é notório o quanto o investimento da cidade de São Paulo foi um marco importante para ampliar o acesso de seus alunos ao ensino remoto. Cabe, portanto, ressaltar que alfabetizar e letrar são práticas que juntas se fortalecem com a interação entre escola e família. Dar continuidade a esses recursos, reconhecer e respeitar as diferenças sociais das crianças ao elaborar suas atividades presenciais e/ou remotas e investir na parceria entre família, escola e sociedade é uma possibilidade de ação assertiva para garantir o direito à Educação.

REFERÊNCIAS

AGRELA. L. Um terço dos domicílios no Brasil não têm acesso à internet. **Exame**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/um-terco-dos-domicilios-no-brasil-nao-tem-acesso-a-internet/>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 11/201029**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pecb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12827-texto-referencia-consulta-publica-2013-cne-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2, de 22 dez. 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

CERIONI, C. Prefeitura de SP vai comprar 465 mil tablets para alunos da rede pública. **Exame**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/prefeitura-de-sp-vai-comprar-465-mil-tablets-para-alunos-da-rede-publica/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. 14. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução: Diana Myrian Lichtenstein, Liana Di Marco, Mário Corso. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Editora Penso, 2014. Disponível em: https://www.biosanas.com.br/uploads/outros/artigos_cientificos/18/6505082c2a7c23986651c7b1f7a4a92e.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.**, São Paulo: EPU, 1986.

LUIZ, S. S. F. **Alfabetização na pandemia: realidade e desafios**. 2020. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19167>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MASCARENHAS, A. D. N.; FRANCO, A. R. S. 2020. Reflexões Pedagógicas em Tempos de Pandemia: Análise do Parecer 05/2020. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 23, e-16011.209209226562.0614, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16011/209209213645>. Acesso em: 14 maio 2021.

OLIVEIRA, B. R. *et al.* 2021. Implementação da Educação Remota em Tempos de Pandemia: Análise da Experiência do Estado de Minas Gerais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 1, p 84-106, jan./mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16i1.13928>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13928>. Acesso em: 12 maio 2021.

PERTUZATTI, L.; DICKMAN, I. 2019. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular [BNCC]. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 105, p. 777-795, out./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/GGNmqXFDsbhqb565F5Vbmx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Currículo da cidade: Ensino Fundamental: componente curricular: Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: SME, COPED, 2019. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/10/cc-ef-lingua-portuguesa.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SÃO PAULO. Principais perguntas e respostas referentes as aulas não presenciais dos estudantes matriculados nas escolas municipais da Prefeitura de São Paulo durante o período de quarentena devido à pandemia do Covid-19 (coronavírus). SME Portal Institucional, São Paulo, 2021a. Disponível em:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/coronavirus/perguntas-e-respostas-covid-19/aulas-em-tempo-de-quarentena/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

SÃO PAULO. Alunos da rede municipal recebem os primeiros 100 mil tablets. Capital São Paulo, São Paulo, 2021b. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/alunos-da-rede-municipal-recebem-os-primeiros-100-mil-tablets>. Acesso em: 23 jun. 2021.

SÃO PAULO. Primeiro lote com 4.400 notebooks é entregue aos professores da rede municipal. Capital São Paulo, 2021c. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/primeiro-lote-com-4-400-notebooks-e-entregue-aos-professores-da-rede-municipal>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. 2020. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16289>. Acesso em: 15 jan. 2021.

TEBEROSKY, A. *Psicopedagogia da língua escrita*. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 2001.

Como referenciar este artigo

NISHIMORI, V. C. S. A.; CRUZ, J. A. S. Alfabetização e ensino remoto: Possibilidades e perspectivas. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 00, e022007, jan./dez. 2022. e-ISSN: 2594-8385. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v23i00.16858>

Submetido em: 27/03/2022

Revisões requeridas em: 11/05/2022

Aprovado em: 25/06/2022

Publicado em: 30/06/2022